

ADVOGADO CÉLIO PEREIRA OLIVEIRA NETO

DISCURSO DE POSSE NA CADEIRA N. 75 DA
ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho e Presidente desta Sessão, Acadêmico Luiz Carlos Amorim Robortella;

Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Desembargadora Ana Carolina Zaina;

Excelentíssimos Senhores Presidentes Honorários;

Excelentíssimos Senhores Acadêmicos;

Excelentíssimos Senhores Ministros,

Excelentíssimos Senhores Desembargadores deste Egrégio;

Excelentíssimos Senhores membros do Ministério Público do Trabalho;

Senhores Advogados, Advogadas, Professores;

Senhores Servidores;

Autoridades;

Senhoras e Senhores, amigos queridos e amada família

As palavras que vêm em minha mente, e saem com naturalidade do coração são honra e gratidão.

Honra, cujo significado é decoro, dignidade, que abrange a honra externa ou objetiva (como a pessoa é vista pelos outros, reputação), assim como a interna ou subjetiva (como a pessoa se enxerga, conceito que tem de si, autoestima) ambas, direitos fundamentais, consoante art. 5º, inciso X da CF.

Hoje estou a me referir – e isso sem falsa vaidade – primeiramente, à honra subjetiva, afinal ocupar a cadeira 75 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho é algo que provoca magníficas emoções, fazendo acreditar que foco e determinação são poderosos combustíveis, ainda que não me sinta com a envergadura intelectual de meus antecessores.

O Patrono da cadeira 75 da Academia, João da Gama Cerqueira Neto, atuou como titular da cadeira de Direito Industrial e Legislação Trabalhista na extinta Faculdade de Direito do Liceu Nacional do Rio Branco em São Paulo.

Foi catedrático e fundador da Universidade Católica de São Paulo, além de professor da disciplina de Direito do Trabalho da Faculdade Paulista de Direito na PUC/SP (como ainda chamado o curso de Direito nos primeiros anos após a fundação da PUC/SP), tendo dentre seus alunos o acadêmico Renato Rua de Almeida.

João da Gama Cerqueira, em 1961, publicou a obra “Sistemas de Direito do Trabalho” pela editora Revista dos Tribunais, além de inúmeros artigos nesse mesmo periódico. Por sinal, a sua contribuição acadêmica foi vasta, tendo espalhado os seus ensinamentos e reflexões em diversos artigos na Revista de Crítica Judiciária, Revista Forense, dentre outras igualmente relevantes.

Curiosamente, no entanto, o seu grande destaque como advogado, parecerista e doutrinador decorreu de sua atuação no campo da Propriedade Industrial, sendo um dos fundadores da Cruzeiro/Newmarc – Propriedade Intelectual, um dos mais laureados escritórios da área.

Figurou, por sinal, como precursor neste campo, quando ainda em 1930/1931 apresentou a primeira grande obra sobre o tema: “Privilégios de Invenções e Marcas de Fábrica e Comércio”, que foi dividido em dois volumes dada a extensão de seus estudos.

O livro foi ampliado, revisado e rebatizado, tornando-se o conhecido e festejado “Tratado da Propriedade Industrial”, largamente citado por tribunais e advogados da área até os dias atuais, aliás, ultrapassando e muito às fronteiras nacionais.

No cumprimento da honrosa missão de resumir a atividade acadêmica de tão eminente jurista, encerro fazendo remissão às suas 3 obras: Tratado da Propriedade Industrial (3 volumes, publicado pela Editora Revista dos Tribunais), Privilégios de Invenção e Marcas de Fábrica e de Comércio (publicado pela Livraria Acadêmica) e Sistema de Direito do Trabalho (publicado pela Revista dos Tribunais). (FOTO 1)

O fundador da cadeira 75 - consoante ata de 4.12.1978 -, 1º titular, Luiz Antonio da Costa Carvalho Neto – como o nome indica - neto do Professor da PUC-Rio, Prof. Dr. Luiz Antonio da Costa Carvalho, que inclusive discursou no evento em comemoração ao Jubileu de Prata da PUC-Rio, ao lado do embaixador da então Alemanha Ocidental, sendo agraciado com a medalha Cardeal Leme.

O pai do fundador da cadeira era magistrado, o que estimulou Luiz Antonio da Costa Carvalho Neto a seguir igual caminho, ingressando na magistratura no extinto estado de Guanabara, em 1967.

Foi juiz eleitoral, nomeado desembargador em 1993, chegando a vice-presidente do Tribunal de Alçada Criminal.

Dentro do parco material encontrado, há uma entrevista concedida ao Museu da Justiça – Rio de Janeiro, onde aborda a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, opina sobre o relacionamento entre os Poderes Executivo e Judiciário durante o Regime Militar, faz um relato sobre o relacionamento entre o Poder Judiciário e a opinião pública, o posicionamento em relação ao controle externo do Poder Judiciário, ideias para melhoria do Poder Judiciário, evolução do funcionalismo dentro do Tribunal de Justiça, dentre outros temas relevantes até os dias atuais.

O Acadêmico Pedro Vidal Neto, 2º titular da cadeira - Sra. Presidente deste Egrégio - ingressou na magistratura como juiz do trabalho no Paraná.

Mediante concurso, foi professor da Universidade de São Paulo – posto só ocupado pelos que detém avantajado intelecto – do que são exemplos os Acadêmicos Nelson Mannrich (presidente honorário da ABDT, Guilherme Feliciano e Ministro Sérgio Pinto Martins).

Por sinal, dentre os seus alunos, figurou o acadêmico Antonio Carlos Aguiar, na pós-graduação.

O Acadêmico Pedro Vidal Neto prestou concurso para o cargo de Inspetor do Trabalho no então Ministério do Trabalho, cargo atualmente denominado auditor-fiscal do trabalho.

A Academia Brasileira de Direito do Trabalho – Sras. e Srs – é local de constante ebulição, sempre no intuito de cumprir os seus objetivos, de estudar o direito e o processo do trabalho, aperfeiçoar e difundir a legislação trabalhista, além da publicação de estudos.

Com esse espírito, Pedro Vital Neto votou de forma contrária à uma proposta apresentada que pretendia reduzir o número de membros da Academia. Na síntese de suas palavras, a Academia não poderia ser um lugar de fósseis (mesmo os doutrinários), ao contrário, deveria estar em permanente ebulição dos seus ideais, sempre aberta à renovação de perspectivas, projetos e anseios.

Com sua visão apurada, produziu obras de envergadura, tais como “Estado de Direito: Direitos Individuais e Direitos Sociais”, em 1979; tratou de importantíssima temática no livro “Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho”, em 1984; e no mesmo ano ainda produziu relevante contribuição com o seu “Direito de Greve”.

Dedicava-se, todavia, de tal maneira aos seus discentes, sempre instigando ao pensamento e incentivando a busca por novos caminhos, que acabou por não concluir obra que pretendia a reconstrução da teoria geral do direito do trabalho.

Com o seu intelecto diferenciado, mente aberta ao novo e imbuído do verdadeiro espírito acadêmico de acolhimento, contribuiu, de maneira intensa, para que o direito do trabalho se mantivesse em constante renovação.

Os ideais de Pedro Vidal Neto, Srs. e Sras., permaneceram vivos e pujantes na cadeira 75 da Academia, com o ingresso do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Não posso falar do Acadêmico Walmir, sem apresentar a sua família, pois, o Ministro tinha 3 paixões: família, educação e o Paysandu Sport Club.

Ademais, o que se entende por imortalidade, senão a vida perpétua na memória dos homens, a perenidade dos nossos valores por gerações.

E ao procurar conhecer um pouquinho da vida do Ministro, ficou muito claro o quanto estes pilares influenciaram positivamente a vida de seus filhos.

O Min. Walmir Oliveira da Costa é natural de Irituia (PA), nascido em 1958, sendo um dos 7 filhos da Dona Deuzelite e do Sr. Fernando.

O acadêmico Walmir era casado com Maria dos Reis (que como o nome sugere, nasceu no dia 6 de janeiro, Dia de Reis).

Ela mesmo relata que se conheceram em uma festa junina: “no Norte gostam de alto falantes para que a música ficasse bem alta, para que não perdesse a qualidade. Fechavam uma quadra com ripas, enfeitavam com folhas de palmeira nas frestas das ripas, e também colocavam as bandeirolas. Chamavam de terreiro, lá também tinha o bar onde vendiam as comidas e as bebidas. Numa dessas festas conheci o Walmir, numa festa junina, apresentada por amiga em comum.”

Se conheceram em 1977, no Bairro Telégrafo (Belém). Logo o Min. Walmir foi à casa de Dona Maria, como amigo, e começaram a se aproximar. Ela dizia a ele que ainda era muito novo – explicando que tinha 6 anos a mais -, mas acontece que ele era muito bom de conversa – segundo relata – e acabou cedendo aos seus encantos.

Dona Maria dos Reis conta que durante toda a vida o Ministro dizia a ela que não parecia mais velha do que ele.

Casaram-se 2 anos após, tão logo o Min. Walmir foi aprovado no vestibular para o Curso de Direito na Universidade Federal do Pará, e tiveram 3 filhos, Elthon (39), Aline (40) e Fernando Cleber (completou 42 agora dia 31.05).

Elthon dedica-se ao direito desportivo e do trabalho, com ênfase na área de esportes de combates, escrevendo semanalmente para o site “Lei em Campo”.

Um pouco antes dos fatos que levaram ao passamento do Ministro, o advogado Elthon deixou a empresa Oi, onde trabalhava, e tinha o Mestrado dentre os seus planos.

Nisso, o Min. Walmir trouxe ao filho um link de uma página da internet onde poderia ser encontrado o livro de Rafael Teixeira Ramos – Curso do Direito Trabalho Desportivo -, tendo o Ministro solicitado ao Elthon que realizasse a aquisição, e o filho começou a ler a obra (com o Min. Ainda enfermo), o que segundo Elthon iluminou o seu caminho para que atuasse na área, sendo hoje sócio de um escritório que atua no Direito do Trabalho e Desportivo.

Sua esposa, Amanda, trabalha na diretoria de tecnologia do Banco do Brasil, e o casal tem um filho chamado Eduardo, de 7 meses.

A filha (Aline) é esposa de militar, muito dedicada à família, e já morou em Goiânia, Rio de Janeiro, Resende, Brasília e até mesmo nos Estados Unidos, por conta do trabalho do marido.

O filho (Fernando Cleber) também é advogado, embora atue na área do direito administrativo, como assessor jurídico chefe da Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho – casado com Daniele, assessora do Tribunal de Contas, do DF.

Todos iam ao jogo do Paysandu, embora o Ministro e Fernando fossem fanáticos, segundo Elthon relata.

A paixão era tanta pelo time que até o Papa Francisco foi presenteado com a camisa do Paysandu, quando em viagem do Min. e Dona Maria dos Reis à Roma. (FOTOS 2)

Dona Maria dos Reis relata muitos momentos especiais: Quando o Paysandu ganhava, eles dançavam carimbó (dança que é do Pará). A cantora Joelma demonstra como é a dança. Também dançavam lundun e a dança do vaqueiro.

Em Irituia dança-se muito, iam de casa a casa, tocando e dançando – cultura - segundo informa -, herdada dos negros.

Pedagoga de formação, atuando como professora em sala de aula, inclusive em escola primária – o que relata com muito orgulho, Dona Maria acompanhou o marido à OIT, em Genebra, além de diversos outros encontros.

Walmir queria que Dona Maria cursasse direito, para poderem conversar a respeito. Pedia para que a Dona Maria opinasse sobre as suas palestras, especialmente a metodologia, preocupado se estava acessível para todos, se estava lógico e preciso.

O Acadêmico Walmir foi fonte inspiradora para os filhos.

Sempre teve com o filho Elthon muitos diálogos a respeito do direito do trabalho, de forma a instigar a reflexão, o que motivou Elthon a pensar por conta própria, tal como o Min. fazia com os demais filhos e seus alunos, embora fosse muito mais voltado a esclarecimentos do que polêmicas, relata Elthon.

O Ministro tem 3 netas, tinha conhecimento da gravidez da nora Amanda, mas não sabia que estava para chegar um neto.

Adorava comer um churrasco com as netas, assim como gostava de tomar um vinho com o genro e a nora.

A Rafaela e a Manoela – filhas de Aline e Felipe (cunhado), tem 9 e 15 anos, respectivamente.

O Ministro sempre se interessou em saber qual a atividade profissional que seria seguida pelas netas, incentivando-as à leitura. Certamente que lembrava do caminho percorrido pela sua mãe, Dona Deuzelite, que deixou a cidade de Irituia, rumo à capital Belém, afinal tinha como objetivo oferecer educação aos seus filhos, e em Irituia não havia segundo grau.

Por sinal, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Direito do Trabalho, ao fazer referência à decisão da mãe, o Min. Walmir disse “Essa decisão foi um marco decisivo em minha trajetória não apenas por permitir o prosseguimento de meus estudos, mas por inculcar em mim a perspectiva de que a educação – a orientação e busca do saber – é o combustível sem o qual é mais difícil crescer no sentido econômico; é simplesmente impossível compreender, de formar juízos críticos sobre tudo aquilo que ocorre em nossas vidas e valer-se de condições mínimas para poder atuar naquela conjuntura.”

A neta Maria Luiza (filha do Fernando e da Daniele) de 19 anos é universitária de direito, e o avô sempre a incentivou a comprar livros de coleções completas, do que Araken de Assis é mero exemplo.

Na sua atividade profissional, após ter-se graduado em 1983, exerceu a advocacia por 7 anos, período essencial para que – segundo suas palavras no discurso de posse na ABDT – “percebesse os anseios e as aspirações daqueles que confiam na Justiça como instrumento para solução de conflitos e que nem sempre encontravam”, decidindo-se então pela magistratura, prestando concurso, sendo aprovado em 1989, e atuando como juiz do trabalho substituto vinculado ao TRT da 8ª Região.

Três anos após, promovido por merecimento, assumiu como Juiz Presidente a Junta de Conciliação e Julgamento de Almeirim, posteriormente Abaetuba, além de passar por Altamira, Castanhal, Macapá e Marabá até chegar a Belém, onde atuou em todas as Varas do Trabalho.

Em 1995, iniciou o Mestrado na Universidade Federal do Pará, sendo aprovado com a menção de excelente em sua dissertação, o que originou o seu primeiro livro “Dano Moral nas Relações Laborais – Competência e Mensuração”, defendendo desde aquele momento a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das causas que envolvessem dano moral, assim como procurou auxiliar na busca de parâmetros para as indenizações.

Em 2000 já passou a ser convocado a atuar no Tribunal Superior do Trabalho, o que aconteceu sucessivamente durante dez vezes. Dona Maria dos Reis relata que o marido trabalhava muito e era bastante comprometido, razão pela qual os Ministros gostavam de convocá-lo ao TST.

Presidiu a Associação dos Magistrados da 8ª Região (Amatra VIII) e lecionou nos cursos de graduação e pós-graduação da Amazônia entre 1996 e 2003, da Faculdade Ideal (PA) entre 2003 e 2004, IESB (DF) entre 2009 e 2010.

Em 2007, foi nomeado como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Em 2014, com o objetivo de compartilhar conhecimentos e experiências da sua atividade enquanto magistrado, publicou a obra “Acórdãos Didáticos: Jurisprudência em Recurso de Revista no TST”, pela editora LTr,

Tomou posse na cadeira 75 da ABDT no dia 25.03.2015, em festejada cerimônia no Tribunal Superior do Trabalho.

Em 2017, publicou o livro Acórdãos Didáticos II: Jusrisprudência do TST em Direito Individual e Coletivo, pela editora LTr.

Possui inúmeros artigos publicados, além de ter sido agraciado com diversas medalhas, títulos e honrarias.

Também foi membro do Conselho Consultivo da Enamat (2011-2013), Membro titular da Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho, Membro titular da Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do Tribunal Superior do Trabalho (2016-2017), sendo Presidente da comissão de novembro de 2017 a fevereiro de 2018.

Atuou como Conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Presidente da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, além de compor a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais.

Enquanto Ministro, teve importante participação em questões voltadas à dignidade do trabalhador, tal como exemplificativamente, a jornada de cortadores de cana, que lhe rendeu recente homenagem quando da comemoração dos 15 anos do TRT15.

Lá foi rememorado que, por ocasião de Congresso em Presidente Prudente em 2011, o Min. Walmir defendeu a alteração da OJ 235, a fim de considerar as particularidades do cortador de casa, o que ocorreu posteriormente mediante a compreensão de que devem ser pagas horas extras, e não somente adicional, quando se trata de cortador de cana, ainda que receba por produção.

Recentemente foi plantada muda de “Chuva-de-ouro-amazônica”, no encontro dos Rios Negro e Solimões, em homenagem prestada pelo TRT11 ao Ministro Walmir, por ocasião da adesão do Regional ao pacto global.

Além de ocupante da cadeira 75 da ABDT, foi membro da Academia Nacional de Direito Desportivo, onde teve assento à cadeira 32.

A produção do acadêmico Walmir Oliveira da Costa é vasta, assim como a sua contribuição para o direito do trabalho, o imortalizando na cadeira 75 da ABDT.

Espero ter retratado minimamente o Min. Walmir, pedindo desculpas à família se não o fiz como desejavam, e oferecendo à Dona Maria dos Reis a flor protea, já entregue até o horário desta solenidade - espero. (FOTO

3) (CERIMONIAL IMAGEM – Maria dos Reis)

Protea é uma das flores mais belas e antigas do mundo. Proveniente da África do Sul, seu nome deriva do Deus grego Proteus, uma divindade com o poder da metamorfose.

A flor **Protea** é a flor símbolo nacional da África do Sul, representando transformação, coragem e esperança.

O processo de produção é longo: a planta leva oito meses para enraizar, e só depois de 3 anos aparecem as primeiras florzinhas, ainda pequenas e curtas. Como se nota, o processo de produção da flor é muito cuidadoso, tal como o Ministro Walmir o era com as suas atividades enquanto académico, pai e marido.

Ela é bem mais resistente e duradoura do que as flores costumam ser, espero, pois, que essa flor, cujos fósseis são de cerca de 100 milhões de anos, ofereçam coragem e esperança à família do Ministro Walmir.

Como se percebeu, dentro de um espírito de constante renovação, de forma natural e não programada, a cadeira 75 tem em seu patrono um advogado, tendo magistrados como 1º, 2º e 3º titulares, e hoje volta a ser ocupada por um académico que vive o encantador, mas não fácil, cotidiano da advocacia trabalhista.

Enquanto organismo pulsante, a Academia se renova, certamente sem o mesmo brilhantismo dos que me antecederam, mas com determinação e foco significativos ao ponto de tornar essa missão possível, até porque as Sras. e os Srs. Acadêmicos (de forma ampla) me confiaram a cadeira 75, e por certo, sabem o que o fazem.

E a minha responsabilidade é ainda maior, haja vista o elevado intelecto dos que me honraram no processo de eleição da cadeira 75, Luciane Cardoso Barzotto, Platon Teixeira de Azevedo Neto e Danilo Gonçalves Gaspar, juristas diferenciados que por certo em breve tempo devem ser nossos confrades e confrreira na laureada Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

Essa parte do discurso me conduz à honra objetiva, que representa a maneira como sou visto pelos meus pares e a sociedade de um modo geral. Segundo Leon Tolstói, “para se viver com honra, é preciso consumir-se, perturbar-se, lutar, errar, recomeçar do início, novamente recomeçar e lutar e perder e ganhar eternamente. A calma é uma covardia da alma.”

Saibam Sras. e Srs. Acadêmicos que consumirei a minha mente, a perturbarei, provocarei, procurando evoluir.

Ficarei honrado de dialogar, sobretudo aprender com o acadêmico Raimundo Simão a respeito da tutela do meio ambiente do trabalho; sobre doenças, acidentes do trabalho e proteção jurídica da saúde dos trabalhadores com o acadêmico Sebastião Geraldo de Oliveira, que vem das Minas Gerais, mesma origem dos acadêmicos Vitor Salino, do Min. Manoel Mendes e de Antônio Álvares (autor de 45 obras) – todos robustos juristas, assim como o Min. Reis de Paula, vice-presidente da ABDT, natural de Pedro Leopoldo, que além de vasta produção é licenciado em filosofia.

Por certo, neste momento já há certa preocupação no plenário, pois o empossando está a citar outros acadêmicos, embora recomendável que assim não o fizesse.

As razões de tal orientação – sem dúvida – decorrem do mal-estar causado pelos não lembrados. Ocorre, contudo, que não me sinto confortável se não externar a minha honra e gratidão, ainda que de modo singelo a cada um dos acadêmicos e acadêmicas em momentos diversos do meu discurso.

Ficarei honrado, pois, de aprender com as acadêmicas Yone Frediani, Sônia Mascaro Nascimento e a colega getrabiana Joselita Nepomuceno Borba.

Errarei, acertarei, com a vontade de contribuir em nossos debates internos e externos em prol da construção de um direito do trabalho mais conformado às exponenciais transformações que a tecnologia e a forma de prestação do trabalho provocam.

Segundo Aristóteles, a grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las. Não julgo que a mereça, mas me esforçarei para contribuir em prol do direito do trabalho e da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

A gratidão, juntamente com a honra, melhor representam o momento de hoje, sendo difícil de dizer qual é maior. Valho-me, assim, dos ensinamentos de Cícero: “A gratidão não é apenas a maior das virtudes, mas a origem de todas as outras”.

Para chegar até esse momento, devo ser grato aos que me conceberam, mãe pai, Judy e Hamilton Lucas, que com carinho e amor criaram a mim e aos meus irmãos Camilla e Lucas (que olha por nós a partir de outro plano), assim como aos avós maternos e paternos, pedindo licença à menção ao avô Célio por ter herdado o seu nome, e com isso a missão de honrá-lo.

O latim *gratus* possui inúmeros derivados e compostos, conforme lição de Antônio Geraldo da Cunha, dentre os quais *graça*, *agradecido*, *grato*.

Gratidão à minha esposa e filhos, que sempre me apoiaram, ainda que isso representasse não estarmos em todos os momentos juntos, a exemplo do curso de sábado durante 2 anos na Cogear, em São Paulo, onde tive a oportunidade de ter aula com o Prof. Amauri Mascaro Nascimento, dentre outros.

Anna, a minha profunda gratidão pelo seu incondicional apoio e compreensão, que não pode ser medida ou recompensada, mas como mero ato simbólico, tento demonstrar por meio de um misto de rosas brancas (inocência e beleza), amarelas (felicidade e amor), rosa (respeito e admiração) e claro, vermelhas que não poderiam faltar (amor intenso), brancas, **que gentilmente solicito ao Cerimonial que seja entregue à minha esposa pelos meus filhos Arthur e Laura.**

Solicito a inserção de um parêntese para pedir desculpas ao Arthur e à Laura, pois gostaria de tê-los levado mais no banco da frente da bicicleta, e quando me dei conta já não cabiam, embora acredite que tenhamos enquanto pais colaborado para que trilhassem um caminho virtuoso, a Laura sempre em busca dos seus objetivos, aprovada em todos os vestibulares que prestou (FGV, PUC/SP, PUC/PR), tendo optado por cursar Direito na UFPR – Professora Aldacy -, onde deverá ter aulas com o Prof. Célio Waldraff (des. desta casa), e o Arthur corajosamente trocando o 2º ano de direito na PUC/PR pelo desafio de viver em São Paulo, cursando Administração no Insper, e já se envolvendo em projetos paralelos dentro da faculdade, tal como a entidade Blockchain.

Retornando aos tempos da Cogea, lá tive a honra e a gratidão de conhecer dois grandes homens, fundamentais nesse percurso, os professores Paulo Sérgio João e Pedro Paulo Teixeira Manus.

Paulo Sérgio, amigo, conselheiro e orientador, que me confiou a oportunidade ímpar de cursar o Mestrado e o Doutorado na PUC/SP, cujas dissertação e tese, aprovadas com nota 10, geraram as obras Cláusula de não concorrência no contrato de emprego: efeitos do princípio da proporcionalidade, e Trabalho em ambiente virtual: causas, efeitos e conformação, ambas editadas pela LTr.

Na PUC/SP pude usufruir dos ensinamentos de grandes mestres, fazendo menção a todos em nome do Prof. Tércio Sampaio Ferraz Junior, sem deixar de mencionar o insubstituível Prof. Renato Rua de Almeida, guia de todos nós que com elegância e elevado saber jurídico conduzia uma turma em que tive a oportunidade de muito aprender com os acadêmicos Antonio Carlos Aguiar, Paulo Régis Botelho, Eduardo Pragmácio Filho e tantos outros.

Um sábio chamado Elthon Oliveira da Costa (por ocasião de não combinado recente encontro em Brasília) me disse que não existem coincidências. Valendo-me dessa lição, posso dizer que não ao acaso Pragmácio hoje me conduziu.

Digo isso, pois, Pragmácio ocupa a cadeira 85, cujo 2º titular foi João Régis Fassbender Teixeira, que representou o Brasil na OIT por anos, patrono de escritório que deu origem a parte das mais reconhecidas bancas de advogados do Estado do Paraná – meu 1º grande mestre.

Por sinal, naquele tempo já aprendi a admirar o acadêmico Couto Maciel, sempre presente nas leituras de jornais das publicações que nós estagiários fazíamos.

Ricardo Guimarães, que igualmente me conduziu, incentivador, que divide o mesmo interesse que eu pelo estudo do princípio da proporcionalidade como meio a solver colisões de direitos constitucionais e fundamentais, pelo destino muito antes do pleito da cadeira 75 propiciou a minha participação no painel de encerramento de evento promovido pela AASP e TST, em homenagem ao saudoso Ministro Walmir.

Pragmácio e Ricardo me apresentaram à acadêmica Lélia, baiana, vibrante, cheia de energia positiva, que enquanto procuradora e acadêmica já demonstrava a sua preocupação com o monitoramento e videovigilância em obra pioneira nos idos dos anos 2000.

Peço licença para homenagear todas as acadêmicas na pessoa da Lélia, mediante a entrega de um buquê de girassol – embora saiba que Lélia guarda paixão por orquídeas, pois o girassol simboliza calor, entusiasmo, vitalidade, acreditando-se que traz sorte. Também entusiasmo, lealdade e esperança.

A Bahia, por sinal, Srs. e Sras, encabeçada pelo Mestre Rodrigues Pinto sempre produziu juristas da maior envergadura, do que são exemplos os acadêmicos Luciano Martinez, atual diretor de publicações científicas da ABDT , que dentre suas obras, podemos elencar a 13ª edição do “Curso de Direito do Trabalho”, os festejados juristas que nos encantam também com as suas vozes Rodolfo Pamplona (Presidente Honorário) e Guilherme Ludwig (presidente da Amatra V), e estado de origem do acadêmico Min. Claudio Brandão, natural de Ruy Barbosa. De lá também vem Marcelo Prata, colega no Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social - Universidade de São Paulo, que recentemente nos brindou com a obra “Uberização nas

Relações do Trabalho”, ou mesmo Manoel Jorge e Silva Neto, que dentre suas obras pode-se citar o “Curso de Direito Constitucional” em sua 10ª edição.

Srs. e Sras., a Academia Brasileira de Direito do Trabalho possui membros eleitos em suas 100 cadeiras, observada a perpetuidade da cadeira 1 em nome do Min. Arnaldo Sussekink, em todas as Regiões do país, em 18 estados da Federação e Distrito Federal.

A Academia conta com o laureado Fernando Belfort, no Maranhão, (mesmo estado de nascimento do Min. Brito Pereira, embora este tenha recebido o título de cidadão cearense),

Do Rio Grande do Sul ecoam as vozes dos acadêmicos André Jobim (colega de Conselho da ACP), Gilberto Sturmer (diretor de divulgação institucional) e Raimar Machado, Emílio Rothfuchs (com tanta contribuição no direito coletivo do trabalho), do Ministro Ermes Pedrassani, e do Ministro e Governador Tarso Genro, de onde também teve origem a 1ª mulher a dirigir o Tribunal Superior do Trabalho, a acadêmica Ministra Maria Cristina Peduzzi, que conduziu o TST de maneira segura e no caminho certo durante os difíceis anos pandêmicos.

Igualmente - Sras. e Srs., - na Academia possui cadeira o Ministro Douglas Alencar Rodrigues, recentemente homenageado na obra “Reflexões Jurídicas Contemporâneas, natural de Goiânia, onde tem assento o acadêmico Ênio Galarça nas UF/GO e como professor titular da PUC/GO.

A Academia tem a voz serena do juiz Sandro Nahmias, vinda do Amazonas, com quem quero aprender mais sobre o direito de desconexão, assim como o brado da Cristiana Darc, que recebeu o prestigioso prêmio Innovare na categoria juiz, por sua iniciativa “Judiciário Humanizado e Sem Fronteiras”.

Do Rio Grande do Norte vem a voz equilibrada do acadêmico Bento Herculano, no Sergipe atua o Otávio Augusto, assim como a Flávia Pessoa, que por sinal possui relevante estudo acerca do monitoramento digital do empregado.

No Mato Grosso, tem o acadêmico André Molina, pós-doutor pela USP.

Quanta gratidão, ter participado da 1ª eleição com o Bebber, autor de 18 obras que são referência, profundo conhecedor do processo do trabalho, que estudou na Universidade de Passo Fundo, assim como meu sócio Rafael, e ainda ter a oportunidade de aprender com Bezerra Leite, Gustavo Filipe (colega getrabiano), Manoel Antonio Teixeira (a quem agradeço pela generosidade de proferir a conferência de encerramento), Bruno Freire, Jorge Boucinhas, e o sempre muito ativo Francisco Antonio de Oliveira – todos processualistas de escol.

Durante a pandemia, sob a presidência do Min. Agra Belmonte, a Academia foi pródiga na produção de eventos com muito conteúdo, tendo o consecutivamente atencioso diretor de convênios Sérgio Torres (pernambucano, de onde vem o incansável Everaldo Gaspar, que em 12.05 publicou Teoria Geral do Direito do Trabalho, e José Soares com diversas condecorações, dentre elas perante o TST e TRT6, assim como – na diretoria de eventos – figurou a valorosa Thereza Nahas, sempre pronta a produzir e compartilhar conteúdo da maior relevância.

Tereza Asta em suas obras, sempre demonstrando preocupação com a observância aos direitos fundamentais, preocupação aliás viva para todos os acadêmicos.

E o que dizer da minha gratidão de aprender direito coletivo com os acadêmicos Gunther, Min. Almir Pazzianoto (com o qual tive a oportunidade de atuar em conjunto em grande greve há mais de 20 anos, habilmente mediada pelo hoje des. Ricardo Bruel), José Carlos Arouca (autor de O Sindicato em um mundo globalizado, dentre outras obras, que mantenho na biblioteca do escritório), Siqueira Neto (inclusive com sua bela obra Liberdade Sindical e Representação de Trabalhadores) ou mesmo o disruptivo Aguiar, padrinho desde a 1ª candidatura.

Por falar em disrupção, quanta gratidão em ampliar o convívio com o Dallegre, padrinho querido (com o qual já troquei apresentações em tempos mais antigos, Klaus Scwhabb por Zygmunt Baumann, dentre outros, embora eu muito mais aprendesse), ou mesmo com o acadêmico Villatore, ambos conhecidos de todos, sobretudo neste recinto.

E espero dar uma esticada até a bela ilha de Florianópolis, onde encontramos o acadêmico Umberto Grillo, membro também da Academia Catarinense de Letras Jurídicas – a exemplo de inúmeros acadêmicos em seus estados.

Sou agraciado por estar na Academia com os acadêmicos Cássio de Mesquita Barros, Estevão Mallet, Sérgio Ferraz, Min. Marco Aurélio Melo, Min. Vantuil Abdala, Min. Dalazen (que presidiu este E. TRT 9 e o TST) Min. Guimarães Falcão (que também presidiu o TST), Min. Ives Gandra (igualmente presidiu a corte maior trabalhista) Roberto Mario e Ari Possidônio Beltran (que esteve na minha banca de Mestrado), ou mesmo Whitaker da Cunha (que dentre suas obras, escreveu “Democracia e Cultura”).

A minha gratidão por tanta troca e aprendizado aos colegas de pesquisas no GETRAB/USP, onde temos como norte o Prof. Nelson Mannrich, que com a sua sempre imensa generosidade nos brindará com a sua conferência sobre tema palpitante do nosso querido direito do trabalho.

Aqui no meu estado, gratidão a todos os advogados, advogadas e atores do direito com quem aprendi, sobretudo na Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, na Comissão de Direito Sindical da OAB, na Câmara Nacional de Arbitragem Trabalhista, ou mesmo na coordenação do Conselho de Relações Trabalhistas da Associação Comercial do Paraná (agradecendo aos presidentes Glaucio Geara e Camilo Turmina pelas sucessivas e honrosas oportunidades).

Gratidão pelo aprendizado aos membros do Instituto dos Advogados Brasileiros, aos membros da *Comunidad para la Investigación y el Estudio Laboral y Ocupacional – Cielo*, e aos membros do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Junior – organismos pulsantes do direito onde tive a oportunidade de conviver com diversos Confrades, Confreiras e luminares do direito.

O meu muito obrigado à atenciosa professora Maria Regina Redinha, fundadora da Associação Portuguesa de Direito do Trabalho, e minha orientadora no pós-doutorado, onde me dedico aos estudos dos “Impactos do RGPD e da LGPD nas Relações do Trabalho em Portugal e no Brasil”.

O meu muito obrigado à LTr, desde a época do querido amigo de todos nós e saudoso Armandinho, que pelo destino (e não coincidência) entregou os livros anteriores por ocasião de eventos da ABDT, em São Paulo, e à Beatriz sobretudo pela dedicação empenhada na recém lançada 2ª edição do Trabalho em Ambiente Virtual, atualizada, revisada e (bastante) ampliada.

A minha gratidão aos colegas de escritório e toda a reconhecida equipe Célio Neto Advogados – apoio sem o qual - por certo, não teria percorrido metade desse trabalhoso, mas prazeroso caminho.

Gratidão aos clientes pela confiança e desafios diários.

Ministro Alexandre Agra, presidente honorário, quanta gratidão tenho a externar pela conferência de V.Exa. neste colóquio, agradecendo igualmente aos Ministros Caputo Bastos e Delaíde, que generosamente aqui se fazem (ou farão) presentes.

E o que dizer da gratidão em ser apresentado aqui neste Egrégio, por tão respeitado acadêmico, inquieto pesquisador, que me apadrinhou desde a 1ª candidatura, presidente TRT9 no biênio 2010/2011 - como sabem estou a me referir ao acadêmico Ney José de Freitas, também poeta, autor de “O canto do sabiá”, e “Pedaços da Vida”.

A minha gratidão vai daqui à lua, como diz o livro “Advinha quanto eu te amo” de Sam McBratney, que relata o amor que o pai coelho declarava ao filho, que eu costumava contar para os meus filhos enquanto crianças, ao relatar o tamanho do amor por eles. FOTO 4 – Livro Advinha quanto

Eu te amo

Por sinal, retornando ao momento em que ainda não tinha com quem dividir os meus sonhos, gostaria de relatar que o universo continuou conspirando em meu favor, e não só me apresentou a Anna, mas também o meu segundo e maior mestre na arte da advocacia, me refiro ao desembargador aposentado desta casa, que prematuramente nos deixou, Luiz Felipe Haj Mussi.

Maria Amélia, minha sogra, saiba que a honestidade do Mussi, a paixão pela advocacia e o direito vivem dentro de mim e do Luiz Daniel Haj Mussi.

Após conversas isoladas em anos esparsos com acadêmicos fui estimulado a participar do pleito para ingresso nessa laureada ABDT, e aqui contei com o incondicional apoio e apadrinhamento do querido Manus, por quem nutro gratidão e carinho eternos.

A Dona Maró bem sabe a minha amizade e gratidão à família, do que os lírios entregues representam mero ato simbólico, e homenagem de todos nós renunciando maiores tributos quando do preenchimento da cadeira 60 da ABDT.

A escolha do lírio branco é porque esta flor representa a paz que desejamos que habite no coração dos familiares do querido Manus, e a gratidão por termos usufruído do convívio e ensinamentos deste grande homem, que nos ensinou o “jeito Manus de ser”.

A minha gratidão aos padrinhos, parte deles já mencionada, aos quais se somam Presidente Honorário Georgenor de Sousa Franco Filho, conhecido de todos, autor de mais de 400 artigos, 46 livros, dentre os quais o seu Curso de Direito do Trabalho, vô do Tales, de uma terra onde se produzem juristas da maior envergadura, do que são exemplos o Min. Walmir, José Cláudio Brito Filho (cujo pai foi professor do acadêmico Vicente Malheiros na UFPA e depois colega da magistratura), José Alencar, Ney Maranhão, Rosita, e o autor do belo hino da ABDT – Vicente Malheiros da Fonseca.

Gratidão ao Padrinho, Presidente Honorário João de Lima Teixeira Filho, autor de Instituições do Direito do Trabalho, do Repertório de Jurisprudência Trabalhista de múltiplas edições, que foi sócio do que já se faz saudoso Prof. Romita, e do mesmo estado onde se produzem brilhantes juristas, tais como os acadêmicos Gustavo Adolpho (sempre atento às questões históricas, que também nos brindou com o seu Curso de Direito do Trabalho), Vólia Bomfim, Bento Ribeiro, Anna Britto,

Carolina Tupinambá (colega de GETRAB/USP), Roberto Fragale, Eduardo Adamovich (que esta semana nos brindou com a obra direitos sociais para além dos muros da Constituição) e Maria Luiza da Gama Lima (fundadora da cadeira 15, professora da Universidade Cândidos Mendes, onde tive a honra de ministrar aula), além do Min. Aloysio Corrêa da Veiga (natural de Petrópolis, que - por sinal Dr. Norman (Presidente do ISAE/FGV), possui especial preocupação com a Agenda 2030 -, tendo participado da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – tema vivo dentro da ABDT.

A minha gratidão pela confiança e carinho, ao padrinho Valdir Florindo, presidente honorário, que espero ver em breve espaço de tempo na presidência do maior Regional Trabalhista do país.

Gratidão ao Presidente Robortella, por quem já nutria profundo entusiasmo acadêmico, e agora admiro como pessoa pela maneira como foi generoso e acolhedor em todas as nossas conversas durante as duas campanhas que participei, assim como todos os acadêmicos e acadêmicas com quem conversei.

Presidente Robortella, me permita dizer, que ganhei quase uma centenas de amigos, que admiro.

À Escola Superior do Ministério Público da União, gratidão pela confiança e parceria, o que externo na pessoa do diretor-geral adjunto, acadêmico Manoel Jorge.

À Escola Judicial do TRT9, na pessoa do Des. Aramis Silveira, aos juízes Lourival Barão e Luciano Coelho, o mais profundo agradecimento.

Luciano Coelho, por sinal, foi grande incentivador da minha vida acadêmica – e talvez ele não saiba – mas, os convites para aulas na Ematra IX, depois PUC/PR foram propulsoras para a docência, assim como os chamados de João Batista Nogueira, enquanto eu atuava como professor de prática trabalhista na graduação da UTP.

À Presidente deste Egrégio, Ana Carolina Zaina, a minha eterna gratidão por permitir que o meu sonhar acordado fosse materializado nessa bela cerimônia, na casa de todos os atores das relações do trabalho.

Como singelo ato que demonstra essa gratidão, peço ao Cerimonial que solicite ao acadêmico Paulo Régis que entregue, em nome da Academia, um buquê de astromélias à Presidente Zaina, simbolizando a nossa gratidão por nos receber nessa casa tão simbólica e ilustre.

Ao sempre impecável Mestre de Cerimônias Marcos Zaniol, a minha profunda gratidão!

Hoje seguramente é um dos dias mais especiais da minha vida, portanto, peço desculpas na hipótese de ter me alongado, e/ou caso não tenha cumprido o ritual, por ter escolhido o caminho de demonstrar a minha imensa gratidão à todas e todos!

Nas palavras de Albert Clarke, “nas nossas vidas diárias, devemos ver que não é a felicidade que nos faz agradecidos, **mas a gratidão é que nos faz feliz.**”

A gratidão é a memória do coração!

Encerro com as palavras gratidão, gratidão e gratidão!